

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Rair De Lima Nicácio¹

Rovílio de Lima Nicácio²

RESUMO

Nas últimas décadas do século XX, em especial, a partir do final da década de 70, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, oriundo da articulação das lutas pela terra e consolidação da reforma agrária, retomadas especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, alastrou-se pelo Brasil inteiro. De modo mais preciso, é no período de 1979 a 1984 que o movimento foi criado formalmente no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra realizado em 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel-PR. Nos dias atuais, o MST atua em 24 estados e nas 5 regiões do país, e permanece seguindo os objetivos estabelecidos em 84 e confirmados no 1º Congresso Nacional realizado em 1985 em Curitiba-PR. Compreendido como um estudo de abordagem qualitativa, objetivou-se apresentar os principais elementos constituintes do MST, enquanto movimento social. Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica com a consulta em livros, artigos, dissertações e teses. Com o estudo, os resultados demonstram que os principais elementos constitutivos do MST vêm se consolidando ao longo dos últimos anos e que mesmo com mudanças nos cenários social, político, econômico e cultural, permanecem como basilares na manutenção do MST na luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, destituída da relação explorado e explorador.

PALAVRAS-CHAVE: Historicidade. Movimento social. Elementos constitutivos.

MOVEMENT OF LANDLESS RURAL WORKERS: MAIN CONSTITUTIVE ELEMENTS

ABSTRACT

In the last decades of the twentieth century, particularly after the end of the 1970s, the Movement of Landless Rural Workers, also known as the Landless Workers' Movement or MST, emerged from the articulation of the struggles for land and the consolidation of agrarian reform, taken up especially in the Center-South region of the country, and gradually spread throughout Brazil. More precisely, it is in the period from 1979 to 1984 that the movement was formally created in the 1st National Meeting of Landless Workers held from January 21 to 24, 1984, in Cascavel, Paraná. Today, the MST is active in 24 states and in the five regions of the country, and continues to follow the objectives established in 1984 and confirmed in the 1st National Congress held in 1985 in Curitiba-PR. Understood as a study of qualitative approach, the objective was to present the main constituent elements of the MST as a social movement. The methodological procedure used was bibliographic research with consultation of books, articles, dissertations, and theses. The results of this study show that the main elements that constitute the MST have been consolidated over the last few years and that, even with the

¹ Doutorando em Educação – FAGED – UFAM. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática – UFAC. Secretaria de Educação de Marechal Thaumaturgo-Acre. E-mail: rair.nicacio1@gmail.com.

² Doutorando em Educação – FAGED – UFU. Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens – UFAC. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática – UFAC. Instituto Federal de Rondônia. E-mail: rovilio10@gmail.com.

changes in the social, political, economic and cultural scenarios, they remain fundamental to the MST's struggle for land, for Agrarian Reform and for the construction of a more just society, devoid of the relationship between exploited and exploiter.

KEYWORDS: Historicity. Social movement. Constitutive elements.

1. INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um dos principais grupos sociais de luta pela terra que surgiu no final da década de 70 do século XX, a partir da crise do regime militar instaurado pelo golpe de Estado de 1964. Nosso objetivo é de apresentar os principais elementos constituintes do MST, enquanto movimento social, levando-se em consideração as mudanças nas políticas da reforma agrária no Brasil. Torna-se relevante destacar que a reforma agrária é compreendida como uma política territorial que tem como intuito a minimização da questão agrária tida como um problema estrutural do resultante do capitalismo, que de um lado, alicerça-se na lógica de desenvolvimento e por conseguinte gera inúmeros processos como de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, destruição e recriação da relação campesina, e de outro, a luta, a resistência do campesinato em determinar sua própria recriação por meio das ocupações de terra.

O que fora expresso, manifesta a dualidade entre capital e campesinato e concomitantemente a geração de conflitualidades. É o que percebemos nas últimas décadas do século XX. No final da década de 70, houve a expansividade das monoculturas, a disseminação e a amplitude da agroindústria, bem como, a extinção ou a não atuação assídua dos movimentos do campo devido a repressividade ocasionada pela ditadura militar. Dada a redemocratização do país na década de 80, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial de modo simultâneo ao processo de territorialização da luta pela terra, o que ocasionou um aumento significativo no número de ocupações de terras e de luta em prol da reforma agrária.

Já na década de 90, houve a propagação dos grupos de campesinos na luta pela terra, fazendo com que ampliassem a conflitualidade e a instauração de assentamentos rurais por meio do MST. Neste mesmo período, o Brasil se tornou alvo de grandes empresas tanto nacionais como transnacionais adeptas ao agronegócio que impactaram diretamente nos sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico.

As conflitualidades foram intensificadas nos primórdios do século XXI, pelo fato de haver mais conflitos diretos entre os movimentos camponeses e as corporações transnacionais, estes associados ao processo de globalização da questão agrária com a territorialização das corporações transnacionais para vários países e da criação de uma organização mundial de movimentos camponeses, a Via Campesina. Ressalta-se que o MST e outros movimentos camponeses do Brasil estão no cerne de tais conflitualidades da atual questão agrária, assim como, as políticas de reforma agrária tenderam a acompanhar tais mudanças.

Dadas as características peculiares do MST, partimos do pressuposto de que este pode ser compreendidos como pertencente a uma categoria de novos movimentos sociais, embasamo-nos nos teóricos Touraine (2002), Melucci (1989) e Offe (1988) que delimitam como propósito principal destes, a construção de uma nova sociabilidade, ou seja, objetivo seria de enfrentar os mecanismos de controle social implementados pelo capitalismo globalizado. Neste sentido, estes visariam a construção de ambientes não institucionalizados, a partir dos quais buscam influenciar hábitos e valores como mecanismo de interferência coletiva nas orientações políticas do mesmo.

Nosso trabalho objetivou-se apresentar os principais elementos constituintes do MST, enquanto movimento social e está compreendido como um estudo de abordagem qualitativa e utiliza como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica com a consulta em livros, artigos, dissertações e teses. O trabalho está organizado em quatro partes, sendo a primeira a introdução, a segunda, um breve relato da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir de alguns marcos históricos instituídos na década de 70 do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, a terceira por sua vez, os principais elementos constituintes do MST, enquanto movimento social e, a quarta, as considerações finais.

2. BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Em plena Ditadura Militar no Brasil, a década de 1970 apresenta vários episódios proporcionaram as mudanças no movimento como: o crescimento da agroindústria fazendo com que os trabalhadores do campo fossem enxotados de suas terras; a chegada das multinacionais no país, todos favorecendo o conhecido “milagre” econômico. Tudo isso ocasionou o aumento da dívida econômica com bancos e organizações internacionais, além de se evidenciar, por parte do Estado, a falta de compromisso com políticas e inclusão social.

Dada as circunstâncias, um dos setores que mais sentiu o impacto foi o da agricultura com alteração para o modelo artesanal para o industrial com a modernização da produção, através da utilização de máquinas, o que automaticamente ocasionou mudanças nas formas de produção, impulsionando a otimização do tempo de produção e o valor dos bens produzidos. Neste sentido, inúmeros agricultores se deslocaram para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida e atuação nas indústrias, gerando o chamado “êxodo rural”. Como resultado tivemos o “inchaço” das cidades e por não estarem preparadas para receber essa leva de trabalhadores, no que se refere a infraestrutura, saneamento básico, moradia, lazer, saúde, educação etc., acabaram se instalando nas periferias, formando favelas, guetos e centros de miséria e pobreza. Tendo se desvinculado de suas propriedades, não tinham outra alternativa, a não ser, permanecer naquele novo habitat e sujeitos a nova situação.

O processo de modernização econômica do campo, neste período, trouxe mais uma consequência a criação de projetos governamentais de colonização através do aparato de empresas privadas, como expressa Morissawa (2001):

Como manter o controle sobre a questão agrária? A resposta do governo militar a essa pergunta, que era crucial para ele, foi a criação de vários projetos de colonização, a partir de 1970, no governo do presidente general Médici. As regiões escolhidas foram principalmente a Amazônia e o Centro-Oeste. Para essa empreitada, reuniu empresas privadas e órgãos públicos (MORISSAWA, 2001, p. 102).

O cenário supracitado faz com que surjam diferenciados grupos populares de luta e resistência ao modelo de desenvolvimento instaurado no país, este que se baseava na exploração e dominação da força de trabalho da classe trabalhadora, como por exemplo, o MST.

O MST foi fundado oficialmente no ano de 1984 quando ocorreu o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a presença de 80 representantes, de 13 estados do Brasil – coincidiu com o final da Ditadura Militar, e o início do processo de redemocratização do país. Deste encontro, resultou a definição de alguns princípios básicos e os objetivos gerais, como: a terra deve estar nas mãos de quem nela trabalha; organização dos trabalhadores na base; lutar por uma sociedade sem explorador e nem explorados; ser um movimento de massa autônomo dentro do sindical para conquistar a reforma agrária; estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política e articulação com os da cidade.

Porém, não podemos deixar de citar o período de 1978 a 1983, anos em que ocorreram as primeiras lutas e reuniões do Movimento que contribuíram para a fundação deste. A atuação do

deste voltada para a questão da reforma agrária em diferentes conjunturas fez com que ocorresse alteração, no decorrer dos anos, em seu próprio nome, uma vez que em sua fundação foi denominado Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e passa, no final da década de 80, a ser nomeado pela sigla MST.

Com o surgimento da Via Campesina nos anos 90, o termo “camponês” passou a ter recorrência em discursos e documentos ligados ao MST, tornando-se comum nos acampamentos e assentamentos ou mesmo em reuniões, outros espaços e territórios onde este se faz presente. Fato é que o MST, em sua gestação, passou a se organizar enquanto movimento no final dos anos 70, período em que camponeses sem-terra passaram a mostrar resistência às propostas do governo em relação à colonização, já que no que se refere a reforma agrária, este não tinha interesse em concretizá-la. Estávamos em plena Ditadura Militar, iniciada em 1964, este era impulsionado pelos conflitos deste período, onde várias lutas em prol do direito a terra já ocorriam.

Sobre as mudanças no MST, Caldart (1996) afirma que:

O MST, fundado há mais de uma década é o mais dinâmico movimento rural da América Latina. Suas atividades envolvem mais de meio milhão de trabalhadores rurais, incluindo membros de cooperativas, ocupantes de terras e afiliados rurais num território que abrange a maior parte do Brasil. Desde o início da década de 80, o MST foi além da assistência social para a classe trabalhadora, ocupando grandes áreas rurais não cultivadas e organizando cooperativas. Transformando num movimento de larga escala para alterar relações de posse da terra e por último o sistema socioeconômico. (CALDART, 1996, p. 19).

Após o Primeiro Encontro, em 1985 foi realizado o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra em Curitiba-PR, dando um novo rumo para a atuação em defesa pela reforma agrária controlada pelos trabalhadores, desapropriação de propriedades com mais de 500 hectares, expropriação de terras pertencentes as multinacionais, extinção do Estatuto da Terra, além da criação de novas leis em prol das lutas do movimento.

3. PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO MST ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL

Nesta parte do texto, discorreremos sobre os principais elementos constitutivos do MST enquanto Movimento Social, dentre eles, destacamos: Identidade Social, Fundamentos Filosóficos, Fundamentos Éticos, Plano de Luta, Espaços de Formação e O Lugar da Educação, como forma de visualizar o Movimento em sua conjuntura formativa e de atuação.

3.1. Identidade Social

Para compreendermos o MST – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra –, se enquadra dentro da categoria de novos movimentos sociais e sermos levado a compreensão de sua identidade social, necessitamos recorrer a alguns teóricos que corroboram com essa ideia.

Trazemos Woodward (2000), que ao discorrer sobre a temática, enfatiza que estes iniciaram a partir de uma política de identidade, visando comprovar a identidade cultural de grupos existentes à margem da sociedade e em meio a mobilização política geradora de opressão. Sendo assim, os novos movimentos lutam para reafirmar a identidade marginalizada agindo contra ao modelo aos valores negados pelos padrões socioculturais estipulados pela classe dominante. Logo, para Woodward (2000), o conceito de identidade dos movimentos sociais, está atrelado ao “fator de luta”, conflito, que permeiam na atuação dos mesmos e acabam contribuindo para a representação de um determinado grupo social.

E em Alonso (2009), os novos movimentos sociais se configuram como uma “modalidade de ação coletiva” que tem por intuito a formação do novo sujeito histórico. Estes, a partir da atuação nos/pelos movimentos em lutas e conflitos em prol dos grupos marginalizados e excluídos, adquirem tal formação.

Agora, em se tratando de *identidade social* do MST, expressamos alguns conceitos e definições que nos fazem entendê-lo. Grzybowski (1990), nos releva que a identidade social do MST tem seu início com a tomada de consciência comum de seus membros da condição de excluídos no contexto social. Já Castells (1999), manifesta-a como sendo uma fonte dotada de significados e experiências adquiridas por um povo ao longo de sua trajetória e que estas estão divididas em: identidade legitimadora, resistência e projeto. Lewin, Ribeiro e Silva (2005) atrela identidade a educação, como sendo algo particular e que vai além da conquista de terras.

Sigaud (2004) e Wolford (2010), associam a identidade social do movimento aos símbolos, como por exemplo: as bandeiras, as lonas pretas das barracas e os hinos e poesias, todos tidos como elementos de valoração da identidade rural, além de serem proporcionadores de empoderamento aos Sem-terra. Ainda mencionados, Wolford (2010) que ao definir identidade social, deixa evidente que a mesma faz jus ao percurso do movimento, e da própria história do Brasil, que desde muito tempo sofreu a exploração da terra, a concentração fundiária e mais de quinhentos anos de injustiças. Outro elemento importante e que compõe um dos símbolos de identidade social do MST são as ocupações, pois nelas há a possibilidade de reunir categorias distintas, porém com a mesma finalidade, a luta pela

terra e pela reforma agrária e a criação da identidade coletiva. Dentre elas podemos destacar: trabalhadores desempregados e rurais, professores, camponeses etc.

Colaborando ainda com o conceito de identidade social do MST, faremos a exposição de dois princípios, o filosófico e o pedagógico, que são frutos da atuação do mesmo enquanto formação e ao mesmo tempo estão configurados como elementos que colaboram para a formação da identidade.

3.2. Fundamentos Filosóficos

Segundo o MST (1996, p. 4), “Os princípios filosóficos dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo no MST.”.

Os princípios filosóficos estão divididos em cinco no MST (1996). conforme observamos a seguir:

1º. Educação para a transformação social – busca elementos na compreensão do que deve vir a ser a educação que transformará a realidade social e os sujeitos nela inseridos. Ela está subdividida em 6 itens que definem esta concepção, isto é: educação de classe; educação massiva; educação organicamente vinculada ao Movimento Social; educação aberta para o mundo; educação para a ação; e educação aberta para o novo (MST, 1996, p. 7).

2º. Educação para o trabalho e a cooperação – Está no cerne do Movimento a luta pela Reforma Agrária, portanto, as práticas educacionais que se realizam no meio rural devem incorporar os desafios impostos por essa luta na implementação de novas relações sociais de produção no campo e na cidade. (MST, 1996, p. 7).

3º. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana – valorizando-se a educação unilateral, ou uma educação que não se preocupa só com um lado ou dimensão da pessoa, ou só com um lado de cada vez; só o intelecto, ou só as habilidades manuais, ou só os aspectos morais, ou só os políticos. (MST, 1996, p. 8).

4º. Educação com/para valores humanistas e socialistas – a educação no Movimento tem como valor fundamental a construção do novo homem e da nova mulher. Assim, a preocupação do Movimento é priorizar uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreados. (MST, 1996, p. 9).

5º. Educação como processo permanente de formação/transformação humana.

São fundamentos que colaboraram para a concepção de mundo, sociedade e indivíduo dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e que mantém ligação direta com os princípios pedagógicos estabelecidos por este, como veremos mais adiante.

3.3. Fundamentos Éticos

Os fundamentos éticos giram em torno do perfil e postura individual e coletiva enquanto sujeito que pertence a um movimento e perante a defesa das bandeiras de luta perante a sociedade. E para dar maior consistência a este fundamento, damos ênfase a atuação da escola no seio do movimento. Esta tida como um espaço de exercício prático dos valores que caracterizam o novo homem, a nova mulher, a nova sociedade, e que se apresenta dentro do movimento como propulsora de princípios democráticos de organização, de trabalho cooperativo, de nova cultura e de militância.

Porém, embora tal espaço conduza a tais elementos, é no esforço coletivo de mudança pessoal, é na disposição de viver segundo uma nova ética de comportamento e de relacionamento entre as pessoas, que haverá a consolidação deste e dos seus fundamentos basilares. Em outras palavras, significa que para se consolidar tem que caminhar no sentido de trabalhar na sua conjuntura a substituição do individualismo pelo espírito de sacrifício, pelo avanço do coletivo; a substituição do autoritarismo pelo diálogo e pelo respeito às decisões do grupo e; o abandono do machismo e o estabelecimento do respeito e da solidariedade entre gêneros.

São nos acampamentos, por exemplo, enquanto espaços de socialização que se tem efetivamente um importante papel na formação social dos assentados, por meio do reordenamento ético em direção à adoção de uma postura coletiva. A partir do momento em que os trabalhadores ingressaram no processo de luta pela terra, começando pela construção de acampamentos, que tivemos o início de um processo de ressignificação das suas identidades pregressas, o que gera um conflito cultural, podendo criar uma nova identidade de culturas e novas relações com o mundo.

As práticas coletivas aplicadas durante a ocupação também são significativas do ponto de vista da democratização das relações sociais, pois criaram coletivos que permitiram a abertura de um processo de diálogo entre líderes e acampados. Essas novas práticas inseriram os acampados em um novo espaço, criando uma identidade coletiva que, por sua vez, exigiu um grau de consciência de grupo, capaz de influenciar nas decisões travadas no âmbito das assembleias.

Os acampados se envolvem com práticas inéditas nas experiências de vida deles, incluindo-se as caminhadas, manifestações, em vias públicas e participação em assembleias e comissões de trabalho. Estas experiências tornaram o acampamento um espaço de aprendizagem política, que condicionou a existência de conflitos e alianças entre os seus participantes. É através da coletividade e da formação da identidade coletiva que os fundamentos éticos, assim como outros que o guiam se consolidam e solidificam o porquê da existência do MST.

3.4. Plano de Luta

O plano de luta do MST está composto por algumas bandeiras hasteada pelo movimento visando a consolidação de suas ações. Para tanto, faremos uma breve exposição de maneira específica de cada uma delas. As bandeiras podem passar a agregar outras mais, de acordo com as mudanças estabelecidas no decorrer no período social, político, econômico e social.

Elencamos conforme a página oficial do Movimento dos Sem Terras (<https://mst.org.br>) algumas Bandeiras de luta: Cultura, Reforma Agrária Popular, Combate à violência sexista, A Democratização da Comunicação, Saúde Pública, Desenvolvimento, Diversidade Étnica, Sistema Político e Soberania Nacional e Popular.

Para concretização das bandeiras de luta do MST, passamos a expor alguns instrumentos utilizados por ele no decorrer de sua trajetória. A começar pela Ocupação de terras, as Marchas, Jejuns e greves de fome, Ocupação de prédios públicos, Acampamentos e manifestações nas cidades, Acampamentos diante de bancos e Vigílias.

É importante enfatizarmos que todas as bandeiras e instrumentos vão de encontro a Luta pela Reforma Agrária Popular, bem como a Transformação social, visando propor alternativas de transformações na estrutura da sociedade brasileira e auxiliar na construção de um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. A principal forma do MST contribuir com a transformação social é lutar pelo fim da concentração da terra. E na defesa de um novo projeto de desenvolvimento em que a desconcentração e democratização da terra, o trabalho emancipado, o ser humano e a natureza sejam elementos centrais.

3.5. Espaços de Formação

Os Espaços de formação do MST estão atrelados aos seus princípios filosóficos, éticos e também pedagógicos. Para tanto, passamos a discorrer sobre os princípios pedagógicos. Estes “se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos.” (MST, 1996, p. 4).

Os princípios pedagógicos se dividem em 13 (treze): 1. Relação entre prática e teoria; 2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3. A realidade como base da produção do conhecimento; 4. Conteúdos formativos socialmente úteis; 5. Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7. Vínculo

orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8. Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9. Gestão democrática; 10. Auto-organização dos/das estudantes; 11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores /das educadoras; 12. Atitude e habilidade de pesquisa e; 13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Todos os princípios pedagógicos vão de encontro a ideia de formação/transformação humana e fortalecem os princípios filosóficos, na busca constante por uma sociedade mais justa, onde, grupos como do MST possam usufruir dos direitos garantidos pela Constituição do Brasil. Estes princípios pedagógicos estão disponíveis nos documentos de 1996 do MST. Enfatizamos que um dos princípios que embasam a pedagogia do Movimento é, nada mais e nada menos, a formação de sujeitos para intervirem na transformação da realidade, via desenvolvimento da consciência organizativa e coletiva.

3.6. O Lugar da Educação

O lugar da educação no MST é mais um dos elementos constituintes. Este nos conduz a compreensão do papel e sentido da educação no movimento, além da relação com a educação escolar-formal.

Este ocupou a escola por meio da mobilização das famílias sem-terra pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola (Verificar a repetição da palavra escola) que fizesse sentido para as crianças, passando assim, a assumir para si a responsabilidade de organizar e articular essa mobilização e produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas por meio da criação do Setor da Educação dentro do movimento.

A escola passa a ser incorporada a dinâmica do mesmo e estendendo-se para além do espaço escolar. Nessa linha de pensamento, a educação é entendida como um dos processos de formação da pessoa humana que está sempre ligada com um determinado projeto político, com uma concepção de mundo.

Quanto ao Setor de Educação, este cuida das várias atividades relacionadas a formação dos jovens e crianças, sendo que o processo de vivência em seu interior é considerado educativo e este cotidiano permeia as atividades do processo educacional. Tudo isso corrobora para a concretização da proposta de educação do MST que está focalizada em dois objetivos centrais. O primeiro, desenvolver a consciência crítica dos alunos e o segundo, desenvolver atividades que visem a capacidade técnica dos alunos para a experiência de trabalho produtivo. Segundo Baldi (2013 apud

Alcantara, s/d. p. 34), “[...] e□ uma escola capaz de despertar nas crianças o amor pela terra e a consciência de que precisam lutar para que seus direitos sejam respeitados”.

É necessário levar em consideração que a luta pela terra, a reivindicação pela reforma agrária, tem dois componentes essenciais: a organização da produção e a educação para o movimento. E que a pedagogia de Paulo Freire exerce influência significativa no processo educativo do MST.

É imprescindível, pensarmos o movimento social, também, como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos. Contudo, temos que pensar o MST como o lugar de formação do sujeito social sem terra e para a experiência humana do ser e que conduz a participação da construção da coletividade.

Assim, as dimensões fundamentais a serem compreendidas no processo de formação dos sem-terra ligados ao MST focalizam na vinculação de cada família Sem Terra à trajetória histórica do Movimento e a luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, bem como, faz com que cada pessoa que o integra, seja considerado um ser humano em permanente transformação, como sujeito de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomada de posição, superação de limites.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do nosso trabalho foi de apresentar os principais elementos constituintes do MST, enquanto movimento social. Dentre os principais elementos constitutivos, damos ênfase a Identidade Social, aos Fundamentos Filosóficos, aos Fundamentos Éticos, ao Plano de Luta, aos Espaços de Formação e ao Lugar da Educação, como forma de visualizar o Movimento em sua conjuntura formativa e de atuação.

Ao discorrermos sobre os elementos constitutivos do MST demonstramos a relevância dos mesmos para a sua formação e que estes colaboram para a coerência enquanto movimento social, constituído da luta pela terra e pela reforma agrária, logo pelos direitos humanos. Esses elementos fundamentam-se no processo histórico de atuação deste e conduzem as concepções singulares de educação e de sociedade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Â. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v.76, p. 49-86, 2009.

BALDI, F.; ORSO, P.J. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST- educação em movimento. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.50, p. 275-285, 2013.

CALDART, R. S. **Princípios da Educação no MST**. São Paulo: MST, 1996.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. v. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

LEWIN, H.; RIBEIRO, A. P. A.; SILVA, L. S. **Uma nova abordagem da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2005.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, v. 17, p. 49-66, 1989.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Princípios da Educação no MST: Reforma agrária, semeando educação e cidadania. Caderno de Educação** n. 8. São Paulo, 1996.

OFFE, C. **Partidos políticos e nuevos movimientos sociales**. Madri: Sistema, 1988.

SIGAUD, L. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**, 20: p. 11-23, 2004.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade**. 7ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

WOLFORD, W. **This Land is Ours Now: Social Mobilization and the Meanings of Land in Brazil**. North Carolina: Duke University Press, 2010.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. Da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Data de submissão: 14/01/2022
Data de aprovação: 01/05/2022